

ACONTECIMENTO INDÍGENA: a cobertura do Acampamento Terra Livre pelo El País Brasil

INDIGENOUS EVENT: the coverage of Terra Livre Camp by El País Brasil

Danton José Boatini JÚNIOR¹
Unisinos | Brasil

Resumo

Este artigo tem como objeto de estudo uma série de reportagens do site El País Brasil sobre o Acampamento Terra Livre, evento que reuniu milhares de indígenas em Brasília em abril de 2019. Em um país onde a representação do índio na mídia costuma reproduzir estereótipos, o jornal de origem espanhola dedicou um amplo espaço à discussão do tema durante os dias em que ocorreu o evento. Cinco reportagens publicadas antes e durante o evento foram encontradas. O material será analisado por meio da análise de cobertura jornalística, levando-se em consideração as teorias do acontecimento, a partir das obras de Nora, Rodrigues, Charaudeau e Pollak.

Palavras-chave

Jornalismo digital; Acontecimento; Invisibilidade; Indígenas; El País Brasil.

Abstract

The purpose of this article is to study a series of reports from the website thousands of indigenous people in Brasília in April 2019. In a country where the representation of indigenous people in the media tends to reproduce stereotypes, the website from Spain devoted ample space to discussing the indigenous issue during the days when the event took place. Five reports published before and after the event were found. The material will be analyzed through the analysis of news coverage, taking into account the theories of the event, based on the works of Nora, Rodrigues, Charaudeau and Pollak.

Keywords

Digital journalism; Event; Invisibility; Indigenous; El País Brasil.

PAUTA LIVRE

RECEBIDO EM 08 DE JULHO DE 2020
ACEITO EM 05 DE AGOSTO DE 2020

¹ JORNALISTA. Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), na linha de pesquisa Linguagens e Práticas Jornalísticas. Mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Jornalista formado pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Contato: dboattini@gmail.com.

Introdução

Embora o Brasil seja um país originalmente habitado por indígenas, a representação desta população na mídia costuma reproduzir estereótipos e relações de poder. A análise desta representação tem sido feita por diversas correntes do pensamento comunicacional. Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, na época, 896.917 brasileiros se consideravam indígenas, divididos em 305 etnias e que falam 274 línguas diferentes². Nosso objetivo, neste artigo, é analisar a cobertura do Acampamento Terra Livre 2019, ocorrido em Brasília, pelo site El País Brasil, tendo como base as teorias do acontecimento.

Acampamento Terra Livre é a denominação dada a um encontro nacional em defesa dos direitos dos povos indígenas, que em 2019 chegou à 15ª edição. Naquele ano, o evento teve como tema “Sangue indígena. Nas veias, a luta pela terra e pelo território”. A pauta de reivindicações incluiu a transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça e Segurança Pública e mudanças na demarcação de terras indígenas. Atualmente esses processos são atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As estimativas são de que o encontro reuniu cerca de 4 mil pessoas³.

Para executar a análise, iremos recorrer a um dos nossos objetos de estudo na pesquisa de doutoramento, que é o site El País Brasil. Versão brasileira do diário espanhol, o jornal digital conta com atuação no Brasil desde

² Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf (acesso em 21/07/2020)

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/04/28/acampamento-terra-livre-apos-encontro-em-brasilia-indigenas-pedem-fim-da-violencia.ghtml> e <http://agenciabrasil.abc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-04/acampamento-terra-livre-deve-reunir-4-mil-indigenas-em-brasilia> (acesso em 21/07/2020)

2013. Desde então, a página jornalística tem procurado seguir uma atuação independente na cobertura dos acontecimentos, o que tem sido observado em outros aspectos como a abordagem de pautas relacionadas ao meio ambiente, à escravidão e aos direitos humanos. Isso contribui para diferenciar a cobertura do El País Brasil na comparação com páginas de origem local. Cabe ressaltar que a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) questionou, por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), a presença de meios de comunicação estrangeiros no Brasil⁴.

É necessário ressaltar que o estudo se dá em um cenário de crise de narrativas e disputa de sentidos, evidenciado pelo surgimento de novos veículos de comunicação no país, tanto estrangeiros quanto nacionais, o que possibilita ao público o acesso a uma fonte de comunicação de massa contra-hegemônica. A emergência destes novos veículos ocorre em uma sociedade midiaticizada e, no caso do Brasil, polarizada, onde diferentes correntes ideológicas travam uma disputa pelo discurso da verdade. O mesmo embate, cabe ressaltar, se dá na disputa entre os veículos de comunicação e as chamadas *fake news*, de modo que a mídia arroga para si a tarefa de apresentar o relato fidedigno dos fatos. Ao mesmo tempo, o jornalismo, de forma geral, é visto como um inimigo pelo atual governo. O cenário inclui ainda a animosidade entre o governo federal e a pauta indígena, o que ficou evidenciado ao longo do Acampamento Terra Livre.

Embora o objetivo deste texto não seja o de comparar a cobertura do veículo de comunicação em estudo com os seus concorrentes nacionais, é sabido que a cobertura de temas como a questão indígena encontra pouco espaço no cotidiano das redações dos grandes meios de comunicação do Brasil. Sabe-se que determinados acontecimentos, sobre os quais paira uma zona de sombra, são desprezados pelo jornalismo. Alguns autores, como Galtung & Ruge (1999), falam em invisibilidade, o que tem relação intrínseca

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1827214-anj-vai-ao-supremo-para-que-sites-respeitem-limite-ao-capital-estrangeiro.shtml> (acesso em 21/07/2020)

com a concentração dos meios de comunicação do país, que em sua maioria pertencem a poucas famílias. A abordagem de pautas que fogem à "rotina" evidencia a circularidade da informação, de modo que a constante vigilância entre veículos concorrentes faz com que as abordagens se repitam. Pautas como a questão indígena e a escravidão viram notícia quando amparadas por eventos factuais, como o lançamento de livros ou efemérides.

Ao pesquisar a representação do indígena na mídia de Pernambuco, Melo (s.d.) observou que essa população somente entra na pauta da imprensa quando é vítima ou autor de violência ou quando representa algo exótico e inusitado⁵. Deste modo, questões como saúde, educação, ciência, terra e cultura indígenas são ignoradas ou então são abordadas a partir do "senso comum que reflete o pensamento e as ideias dessa classe dominante" (p. 5). Miguel & Souza (2016) ressaltam que relatos apresentados pela mídia costumam ter como fontes "lideranças indígenas", sem necessariamente trazer os significados que os índios realmente querem mostrar para a sociedade. Segundo as autoras, a representação do índio como "selvagem" o afasta da condição de pessoa. Em pesquisa sobre as notícias referentes à demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, Braga & Campos (2012) questionam se a invisibilidade é uma consequência do fato de os grupos indígenas serem "tutelados" (p. 504). Para os autores, o cenário indica um conjunto de representações que permeia a memória coletiva dos não-indígenas, reavivada pelos veículos midiáticos.

Teorias do acontecimento

Os estudos sobre acontecimento, que constituem a base teórica desta pesquisa, nos permitem analisar a complexidade do fenômeno. Os autores estudados classificam o acontecimento como algo que rompe a superfície lisa da história, num claro sinal de descontinuidade (RODRIGUES, 1993). Nora

⁵ Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/indio.pdf> (acesso em 21/07/2020)

(1977) observa que, nas sociedades contemporâneas, é somente através dos *mass media* "que o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos" (p. 245). "Para que haja acontecimento, é preciso que ele seja conhecido", sentencia o autor.

A característica do acontecimento que sai da rotina, revelando a sua singularidade, mencionada por Rodrigues, nos permite analisar o evento em discussão a partir de uma ótica bastante particular. Afinal, a temática indígena não é algo que costuma receber espaço na cobertura jornalística dos principais veículos de comunicação do país. Desta forma, não é percebida enquanto acontecimento.

E, quando falamos em acontecimento e notícia, necessariamente devemos nos referir ao enquadramento que é dado ao fato. "Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular", segundo Charaudeau (2007, p. 131). Esse ponto de vista constrói um objeto dado como "fragmento do real" (idem). Deste modo, conforme o autor, aquilo que acreditamos ser a realidade empírica trata-se, na verdade, de um real construído. Defender a possibilidade de desvelar essa "realidade ontológica oculta", conforme Charaudeau seria "reviver um positivismo de má qualidade" (idem).

Ao tratar da memória coletiva, Pollak (1989) ressalta a sua relação com a história oral. Essa, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltou a importância das "memórias subterrâneas" (p. 4), em contraponto à "memória oficial", ou memória nacional. Essa perspectiva, conforme o autor, deixa claro o caráter "destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional" (idem). A memória subterrânea, por seu turno, segue seu trabalho de subversão no silêncio, aflorando em momentos de crises e sobressaltos bruscos.

Ao citar os desdobramentos do expurgo da memória de Józef Stalin na antiga União Soviética, Pollak fala da "irrupção de ressentimentos acumulados

no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente" (p. 5). Mesmo enfrentando o que o autor considera "doutrinação ideológica", as memórias subterrâneas permanecem vivas, transmitidas de uma geração a outra de forma oral, e não por meio de publicações.

O texto de Pollak nos ajuda a compreender que, bem mais do que a cobertura de um evento ligado ao povo indígena, estamos diante de um caso em que a memória não oficial se manteve viva, em contraponto à forma como era retratada pelos veículos oficiais e pela imprensa hegemônica. Essas lembranças proibidas ou indizíveis são, conforme o autor, "zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante" (p. 8).

Ao mesmo tempo, se trata de um acontecimento singular porque evoca o passado, algo atrelado à própria identidade nacional, provocando uma ruptura. Da mesma forma, rememorar essa identidade indígena representa uma tentativa de chamar a atenção para os problemas ainda decorrentes da ocupação europeia no Brasil e no continente sul-americano - o que é agravado pelo fato, citado nas reportagens, de que o atual governo brasileiro adota uma postura de crítica à política indigenista em diversos aspectos.

Sites estrangeiros no Brasil

A presença dos meios de comunicação estrangeiros no Brasil está inserida num contexto em que a globalização, a digitalização, a formação das redes e a desregulamentação provocam profundas transformações na comunicação, o que leva à "formação de redes globais de negócios multimídia integradas, organizadas com base em parcerias estratégicas" (CASTELLS, 2015).

Se no início da internet comercial no Brasil as iniciativas ligadas ao jornalismo digital limitavam-se aos grandes grupos de comunicação (FERRARI,

2004), a partir de meados da década de 2010 o cenário passou por mudanças. Além da derrocada de alguns sites tradicionais, o mercado assistiu nos últimos anos ao surgimento de novas iniciativas voltadas à produção de conteúdo jornalístico para o público brasileiro, sejam elas independentes ou, no caso do nosso objeto de estudo, com origem em empresas estrangeiras.

No que se refere ao jornalismo digital, a presença estrangeira acentuou-se a partir da década de 2010. Seis sites jornalísticos surgidos neste período com diferentes origens foram identificados pela pesquisa: El País Brasil (Espanha), Deutsche Welle Brasil (Alemanha), The Intercept Brasil (Estados Unidos), Vice News Brasil (Estados Unidos), Huffington Post Brasil (Estados Unidos) e BuzzFeed News Brasil (Estados Unidos). O site da BBC Brasil (Reino Unido) difere-se dos demais por ter sido inaugurado em 1999.

Um fato a ser destacado é que a chegada destas empresas jornalísticas coincide com um período de redução de investimentos das empresas locais em jornalismo digital, o que tem ocorrido desde o final da década de 1990, quando diversos grupos de comunicação sofreram perdas em razão da bolha das ações de tecnologia (FERRARI, 2004).

O espanhol El País criou a versão brasileira do seu site jornalístico em novembro de 2013, em meio a um processo de expansão global da marca. A chegada do periódico estrangeiro foi motivada principalmente pela turbulência política vivenciada pelo Brasil naquele ano, que teve seu ápice nas manifestações de julho de 2013. Na ocasião, constatou-se um pico de acesso de leitores brasileiros às reportagens publicadas pela edição espanhola do site sobre os protestos no Brasil. O veículo conta com 18 empregados no país, a maioria sediada na redação localizada em São Paulo, mas também há correspondentes em Brasília e no Rio de Janeiro⁶.

A proposta do El País Brasil não era competir com os veículos tradicionais no país, uma vez que contava com uma infraestrutura inferior na

⁶ Informações coletadas em entrevista com a editora do El País Brasil, Flávia Marreiro, feita por telefone no dia 8 de maio de 2020.

comparação com os grandes grupos em atuação no Brasil. O objetivo, segundo a editora Flávia Marreiro, era apostar em um jornalismo mais “analítico”, sem tanta preocupação com os furos de reportagem. Na opinião da jornalista, o enfoque dado pelo El País Brasil a temas como a questão indígena, manifestado na cobertura do Acampamento Terra Livre, está mais relacionado à identidade do jornal do que ao fato de ser um veículo estrangeiro, uma vez que “o jornal nasceu na Espanha (em 1976) dando voz à sociedade civil”. Na época o país europeu vivia período de transição da ditadura franquista para a democracia. No Brasil, segundo Marreiro, a característica “progressista” do veículo se manifesta desde 2015, ano em que o El País Brasil publicou uma série de reportagens sobre transexualidade⁷.

Análise

A emergência das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs), em especial a popularização da Internet, na década de 1990, trouxe profundas transformações ao modo de se fazer jornalismo. O mesmo ocorre com a pesquisa sobre o tema. Os estudos sobre jornalismo digital no país convivem com o desafio de um segmento em constante transformação. Novas empresas, muitas delas vinculadas a iniciativas independentes, surgem ou deixam de existir com uma velocidade maior do que ocorre em outras mídias. Neste contexto, um dos principais embates relacionados ao tema é se os mesmos conceitos aplicados ao jornalismo de modo geral podem ser aplicados a este campo específico. Faz-se necessário, no nosso entendimento, adaptar o estudo do jornalismo às novas ferramentas propiciadas pelas NTICs, tais como o jornalismo de dados, a infografia, o acesso em dispositivos móveis, o webdocumentário, etc., sem que, para isso, tenhamos de incorrer pelo caminho do determinismo tecnológico, lembrando que “a tecnologia em si não

⁷ Foram cinco reportagens publicadas em agosto de 2015, produzidas pela equipe do El País Brasil, abordando questões como preconceito e direitos básicos da população transexual.

pode ser vista como o fator determinante para definir o profissional de convergência e a mudança no meio jornalístico" (BARDOEL & DEUZE, 2001, apud RODRIGUES, 2009, p. 14).

Se por um lado a ausência de menção aos métodos empregados é um empecilho, por outro, segundo Silva e Maia (2011), os acontecimentos publicados na imprensa podem ser investigados não apenas na narrativa produzida, mas também por meio das marcas do processo de produção que podem ser observadas no produto acabado. Com isso em mente, as autoras desenvolveram o protocolo de análise de cobertura jornalística, voltado a textos jornalísticos "impressos e informativos" (p. 26). O método encontra-se organizado em três níveis analíticos: 1º) marcas da apuração, 2º) marcas da composição do produto e 3º) aspectos da caracterização contextual.

No primeiro item, serão analisados aspectos como a assinatura da reportagem (se trata-se de repórter local, correspondente, enviado especial, etc), local da apuração e origem da informação (quem são as fontes consultadas). No segundo nível, o pesquisador atém-se ao gênero jornalístico (nota, notícia, entrevista, etc), localização do texto no veículo e recursos visuais e adicionais. A terceira categoria engloba a caracterização contextual da empresa jornalística, tanto com relação ao contexto interno da redação quanto ao contexto externo.

Segundo as autoras, o protocolo acima citado pode ser usado "para investigar como um determinado veículo estrutura a cobertura de assuntos em geral ou de acontecimentos específicos" (p. 32), caso do nosso objeto de estudo. No entanto, as próprias autoras reconhecem a limitação do método, dada "a dependência do grau de exposição do processo produtivo no texto" (p. 25).

A busca pelo termo "Acampamento Terra Livre" no site do El País Brasil demonstra que cinco reportagens sobre o tema foram publicadas no período compreendido entre os dias 19 e 28 de abril de 2019. Há, ainda, uma sexta

ocorrência, um texto opinativo da colunista Eliane Brum, que não será analisado neste estudo. A busca pela tag "indígenas", porém, demonstra que o espaço dedicado à temática pelo periódico espanhol excede a cobertura do evento realizado em Brasília⁸.

A primeira reportagem, intitulada "Ditadura militar, uma ferida aberta na aldeia Ocoy"⁹, publicada no dia 19 de abril de 2019, aborda o Acampamento Terra Livre de uma maneira indireta. Isso porque o texto, assinado por Beatriz Jucá, refere-se a denúncias de violações sofridas pelos povos Avá-guarani durante a construção da usina de Itaipu, recontadas no cotidiano da aldeia. Na reportagem, os integrantes da aldeia indígena deixam claro o temor pelo futuro da comunidade frente à ascensão do governo Bolsonaro.

Quanto ao primeiro nível da análise, que corresponde às marcas da apuração, nota-se que o texto está assinado por uma das jornalistas que atuam no El País Brasil, sediada em São Paulo, onde está localizada a redação do veículo. Não há indícios de que a jornalista tenha se deslocado, uma vez que o nome da capital paulista aparece ao lado da assinatura da repórter, indicando que a apuração tenha ocorrido em ambiente interno, ou seja, dentro da redação. Outro indício é o crédito das quatro imagens que ilustram a reportagem e que foram cedidas por outros órgãos – no caso o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão da Verdade do Paraná – demonstrando que não houve registro de imagens in loco pela própria equipe do El País Brasil. A aldeia Ocoy, segundo o próprio texto, está localizada no oeste do Paraná, a quase 600 quilômetros de Curitiba.

No que se refere à origem da informação, observa-se a presença de fontes de natureza diversa. O texto conta com informações de primeira mão, que incluem entrevistas com o cacique Celso Ocoy (fonte cidadã) e com o

⁸ Somente no ano de 2020, ou seja, após o Acampamento Terra Livre 2019, a busca pela tag "indígenas" resulta em 42 publicações. (acesso em 17 de junho de 2020)

⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946_568502.html (acesso em 20/07/2020).

procurador Julio José Araújo Junior, do Ministério Público Federal (fonte do poder público). Porém, a jornalista também se utiliza das chamadas informações de segunda mão, como o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, a Medida Provisória 870 (que colocou a Funai sob a responsabilidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (documentos impressos e eletrônicos). Uma frase do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro é citada, atribuída a entrevista concedida por ele à Globo News (reedição).

Quanto ao segundo nível da análise, as marcas da composição do produto, podemos afirmar que a publicação se enquadra no gênero jornalístico da reportagem. Com relação aos recursos visuais, a publicação é ilustrada por quatro fotografias, nenhuma delas produzidas pela própria equipe do El País Brasil, como já dissemos. Três imagens, que ilustram a aldeia Ocoy, são creditadas com o nome do Cimi. A outra, que segundo a legenda mostra o momento em que “funcionários de Itaipu comemoram incêndio de comunidade indígena no oeste do Paraná”, tem como origem o acervo da Comissão da Verdade do Paraná.

No terceiro nível, os aspectos do contexto da produção, destacamos que a reportagem traz o link de outras três publicações do próprio El País Brasil nos últimos dois anos sobre a questão indígena. Os textos são: “Os deslocamentos forçados de indígenas na ditadura, em imagens”, “A bomba-relógio das demarcações indígenas no Governo Bolsonaro” e “Bolsonaro: 100 dias de guerra contra os povos indígenas, por Fiona Watson”. Cabe ressaltar que estes links se encontram em local de destaque na publicação, logo abaixo do primeiro parágrafo do texto, sob uma aba denominada “mais informações”.

O evento em si é abordado com destaque no dia 23 de abril, com reportagem intitulada “Indígenas se reúnem em Brasília sob forte tensão com o Governo Bolsonaro”¹⁰. O texto, de autoria de Marina Rossi, faz uma relação

¹⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/22/politica/1555962370_134082.html (acesso em 21/07/2020)

Danton José Boatini **JÚNIOR**

direta entre o evento e as manifestações recentes do presidente Jair Bolsonaro de teor anti-indigenista. Embora edições do evento já tivessem ocorrido em anos anteriores, o texto chama a atenção para o clima de animosidade entre manifestantes e governo. A linha de apoio da matéria menciona, inclusive, que a Força Nacional pretendia atuar nas imediações do lugar onde ocorria o evento. O próprio presidente Bolsonaro referiu-se ao evento, segundo a reportagem, como "encontrão de índios" financiado com dinheiro público. O texto relata que os indígenas demonstram contrariedade em relação a medidas tomadas pelo governo Bolsonaro, como a transferência do poder de demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura.

Quanto as marcas da apuração, o texto novamente é assinado por uma jornalista da equipe do El País Brasil sediada em São Paulo, Marina Rossi. Não há indícios de que tenham sido feitas entrevistas para esta publicação. Isso porque as fontes citadas no texto, como o presidente Jair Bolsonaro, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a líder indígena Sonia Guajajara são citadas por meio de postagens em suas redes sociais ou de nota oficial. Portanto, não há sinais de que a equipe tenha se deslocado para a execução da reportagem.

No que tange as marcas da composição, observa-se que a publicação em questão pode ser classificada como reportagem, ainda que com menos aprofundamento em relação ao texto anterior. A publicação é ilustrada com uma imagem do acampamento do ano anterior, cedida pela Agência Brasil, em que dois indígenas são retratados com os punhos para o alto, o que reforça o caráter de enfrentamento com o governo federal. A apresentação visual é completada ainda por uma publicação de Sonia Guajajara no Twitter, que foi incorporada à publicação, em que ela critica o uso da Força Nacional em Brasília durante o período do evento. Uma aba intitulada Mais Informações, logo no início do texto, traz outras três publicações relacionadas: "Conselhos sociais

sobre indígenas, LGBTs e população de rua estão na mira de Bolsonaro”, “Bolsonaro: 100 dias de guerra contra os indígenas” e a fotogaleria “As caras do acampamento indígena em Brasília”.

A terceira reportagem a ser analisada, publicada no dia 25 de abril de 2019, é a primeira a trazer a cobertura do Acampamento Terra Livre propriamente dito. O título do texto, “Indígenas em Brasília: Desta vez não trouxemos nem as crianças nem idosos”¹¹, refere-se ao clima de tensão que marcou o início da mobilização, já que o governo federal havia autorizado o uso da Força Nacional. O texto é assinado pela repórter Marina Rossi, desta vez baseada em Brasília. Desta forma, quanto à assinatura, o texto é classificado como tendo sido escrito por um enviado especial. A apuração externa, feita no local do acontecimento, fica explícita também pela descrição que a repórter faz do ambiente que encontrou enquanto cobria as manifestações. Logo no primeiro parágrafo, por exemplo, o texto informa que “com toalhas e sabonetes na mão, indígenas de diversas etnias do Brasil aguardavam sua vez para o banho no final da tarde desta quarta-feira em Brasília”. Mais adiante, frente a tensão provocada pela presença da Força Nacional nas imediações, a reportagem conta que “um coronel da Polícia Militar atravessou a rua que separava o lago do Congresso do gramado do acampamento para explicar, contudo, que se tratava apenas das solenidades de abertura da Operação Tiradentes”.

Quanto à origem da informação, as fontes da terceira reportagem estão limitadas a três indígenas que participaram do acampamento (fontes cidadãs), além das informações provenientes da observação da própria repórter. A frase que dá título à publicação, e que representa a tensão entre índios e governo federal, é atribuída ao cacique Bruno Guajajara. Mais uma vez, a líder Sonia Guajajara é utilizada como fonte. “O mundo está de olho no Brasil e nos povos indígenas. Fomos os primeiros a serem atacados em janeiro de 2019, mas

¹¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/25/politica/1556150993_134887.html (acesso em 21/07/2020)

também fomos os primeiros atacados em 1500. Vamos resistir", disse ela, segundo a reportagem.

O texto se enquadra no gênero jornalístico de notícia. A publicação é ilustrada por uma fotografia que mostra indígenas banhando-se no Acampamento Terra Livre. A imagem é de autoria do repórter fotográfico Lucas Landau, colaborador do El País Brasil.

A quarta postagem, publicada no dia 25 de abril, é na verdade uma publicação com o retrato de dez indígenas que participam da manifestação, sob o título "As caras do acampamento indígena em Brasília"¹². Indígenas "anônimos" e de diferentes regiões do país foram fotografados e entrevistados pela reportagem. "Depois que esse presidente se elegeu, a nossa situação que já era grave, ficou ainda pior", disse Bitaté Uru Eu Wau Wau, 18 anos, de Rondônia. O trabalho é assinado por Marina Rossi e Lucas Landau, baseados em Brasília. Portanto, a assinatura e as marcas presentes na publicação demonstram que a apuração foi feita de forma externa. As fontes consultadas – no caso, os dez indígenas fotografados e entrevistados – podem ser classificados como fontes cidadãos. Cabe acrescentar que estes entrevistados não haviam aparecido anteriormente nas reportagens do El País Brasil sobre o acampamento.

O gênero jornalístico, neste caso, é a fotonotícia ou fotolegenda. Quanto à apresentação visual, as fotografias dos entrevistados foram publicadas em tamanho maior, de modo a preencher toda a tela do navegador, como forma de dar um destaque maior à imagem dos indígenas.

A cobertura do Acampamento Terra Livre se encerra no dia 28 de abril com uma entrevista com uma das porta-vozes do movimento, Ro'Otsitsina Xavante. O título é uma frase atribuída à entrevistada: "Dizer que nós mulheres

¹² Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/25/album/1556146174_880905.html#foto_gal_10 (acesso em 21/07/2020)

indígenas não enfrentamos violência de gênero é mentira"¹³. Em formato de perguntas e respostas, o texto trata da sua participação no Acampamento Terra Livre e da luta para combater o machismo dentro das aldeias. Novamente, o texto é assinado pela jornalista Marina Rossi, baseada em Brasília. Portanto, quanto à assinatura, trata-se de trabalho executado por enviado especial, com apuração em ambiente externo.

A origem da informação são informações de primeira mão com base em fonte institucional, uma vez que a entrevistada é uma liderança indígena com representatividade dentro do movimento. Quanto ao gênero jornalístico, está claro que se trata de entrevista. No quesito apresentação visual, a reportagem é ilustrada por três imagens, sendo que a primeira é uma fotografia em destaque da entrevistada. As outras duas imagens mostram mulheres indígenas durante o Acampamento Terra Livre. Todas as fotografias são de autoria do repórter fotográfico Lucas Landau. Assim como as demais reportagens, também há links que direcionam para outras três publicações sobre o tema. Neste caso, as reportagens: "Índigenas em Brasília: 'Desta vez não trouxemos as crianças e nem os idosos'", "Índigenas se reúnem em Brasília sob forte tensão com o Governo Bolsonaro" e "'Vamos seguir resistindo': o recado dos povos da floresta".

Considerações finais

O conjunto das reportagens do El País Brasil sobre o Acampamento Terra Livre aponta para uma cobertura diversificada no que se refere aos quesitos que compõem a análise de cobertura jornalística. Há tanto publicações assinadas por repórteres locais, produzidas em ambiente interno, quanto por enviado especial, em reportagem externa. A origem da informação, da mesma forma, apresenta fontes diversas, incluindo fontes do poder público, institucionais, cidadãos e documentos (informações tanto de primeira quanto de segunda mão).

¹³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/26/politica/1556294406_680039.html (acesso em 20/07/2020)

Quanto ao gênero jornalístico, observamos a presença de reportagem, notícia, fotonotícia/fotolegenda e reportagem. Os recursos visuais são formados basicamente por fotografias do Acampamento Terra Livre. Nas publicações anteriores ao evento, estas imagens foram cedidas por outros órgãos, como o Cimi e a Agência Brasil. Quando a cobertura do evento propriamente dito tem início, as imagens passam a ter a autoria de um profissional do próprio El País Brasil.

Ao analisarmos a caracterização contextual das publicações, é inevitável fazermos menção ao clima de animosidade do governo de Jair Bolsonaro em relação à pauta indígena. Da mesma forma, é necessário lembrar que o El País Brasil se identifica como um periódico “progressista” e que tem dado voz à sociedade civil desde a sua fundação. A questão indígena, como vimos, não foi abordada pelo site apenas durante o evento ocorrido em Brasília.

Como afirma Rodrigues (1993), ao relatar um acontecimento, os media produzem, além do acontecimento relatado, "o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo" (p. 31). A bibliografia estudada aponta para um cenário de invisibilidade e sub-representação do indígena nos meios de comunicação nacionais. Ou seja, o cotidiano deste povo não atende aos critérios de noticiabilidade dos meios de comunicação hegemônicos - não são, portanto, "acontecimentos" no sentido midiático.

Um elemento a ser destacado, especialmente nas últimas duas publicações ("As caras do acampamento indígena em Brasília" e "Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência de gênero é mentira") é a presença da oralidade indígena, uma vez que as falas dos entrevistados são colocadas entre aspas. Trata-se de recurso usual no jornalismo, porém pouco explorado nas reportagens que abordam a questão indígena em outras mídias. Um exemplo disso é o uso da palavra “parente” nas falas de alguns destes indígenas, citada pelas reportagens, que o próprio texto explica ser a forma como eles se referem uns aos outros.

Desta forma, vemos emergir as "memórias subterrâneas" mencionadas por Pollak, que são trazidas à luz na voz de um povo que é levado em conta quando a história oficial é contada. A própria mobilização dos indígenas em uma capital federal inóspita demonstra que essas memórias se mantêm intactas, ainda que esquecidas pela maior parte da população. Não por acaso, Pollak refere-se ao trabalho de "subversão no silêncio".

Referências

BRAGA, Claudomilson Fernandes; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Invisíveis e subalternos: as representações sociais do indígena. **Psicologia & Sociedade**, vol.24, n.3, pp.499-506, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2004.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro – A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.

MELO, Patrícia Bandeira. **O índio na mídia: discurso e representação social**. [s/d] Disponível em:

<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/indio.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2020.

MIGUEL, Katarini; SOUZA, Lynara Ojeda de. Discussões preliminares a partir de pesquisas acadêmicas que centralizam a representação dos indígenas na imprensa de MS. In: 3º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia, 2016, Campo Grande. **Anais do 3º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia**, 2016. v. 1.

NORA, Pierre. "O regresso do acontecimento" in **Fazer história**, Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

RODRIGUES, Carla. **Jornalismo online: modos de fazer**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio / Editora Sulina, 2009.

SILVA, Gislene.; MAIA, Flávia. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **RuMoRes**, v. 5, n. 10, p. 18-36, 19 dez. 2011.

